

As exposições internacionais e seus efeitos na América Latina:

uma análise do esporte nos festejos do centenário de independência do Brasil (Rio de Janeiro, 1922) e do IV centenário de Bogotá (1938)

The international exhibitions and their effects in Latin America: an analysis of sport in the celebrations of the centenary of independence in Brazil (Rio de Janeiro, 1922) and the IV centenary of Bogotá (1938)

EDUARDO DE SOUZA GOMES

Doutor em História Comparada (UFRJ) e pesquisador do Laboratório de História do Esporte e do Lazer (Sport/UFRJ).

eduardogomes.historia@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem com objetivo analisar, com base na metodologia da História Comparada, as influências das Exposições Internacionais, oriundas da Europa no século XIX, no cenário latino-americano. De forma mais específica, serão problematizadas as relações dessas experiências no Brasil e na Colômbia, com foco em dois eventos ocorridos nas capitais desses dois países: os festejos do centenário da independência do Brasil, promovidos em 1922 no Rio de Janeiro; e as comemorações do IV centenário de Bogotá, capital colombiana, em 1938. Em ambas as ocasiões, a presença do esporte se fez marcante na difusão de uma imagem a ser pensada pelos países. Tendo como base algumas fontes jornalísticas e documentais, tal como bibliografias que dialogam com o tema, este trabalho busca identificar como esses eventos foram pensados em seus primórdios e, assim, influenciaram nos discursos nacionalistas tanto de Brasil quanto de Colômbia, tendo como base o pressuposto da modernidade europeia e estadunidense então dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Exposições Internacionais. Nação. Esporte. Brasil. Colômbia.

ABSTRACT: This article aims to analyze, based on the methodology of comparative history, the influences of International Exhibitions, from Europe in the 19th century, the Latin American scenario. More specifically, will problematizadas the relations of these experiences in Brazil and Colombia, with a focus on two events that occurred in the capitals of these two countries: the celebration of the centenary of the independence of Brazil, promoted in 1922 in Rio de Janeiro; and the commemoration of the 400th anniversary of Bogota, the Colombian capital, in 1938. On both occasions, the presence of sport was marked in the diffusion of an image to be thought by the countries. Taking as a basis a few journalistic and documentary sources, such as bibliographies that dialog with the theme, this paper seeks to identify how these events were designed in its beginnings, and thus influenced in nationalist discourses of both Brazil and Colombia, taking as a basis the assumption of European modernity and american so dominant.

KEYWORDS: International Exhibitions. Nation. Sport. Brazil. Colombia.

I. Introdução

Este artigo tem como objetivo a análise das influências das exposições internacionais, iniciadas na Europa do século XIX, no contexto latino-americano. De forma mais específica, busca-se estabelecer parâmetros que nos permita melhor compreender tais influências no Brasil e na Colômbia, tendo como foco específicos dois festejos ocorridos nas cidades que eram capitais de ambos os países nos cenários investigados: os festejos do centenário da independência do Brasil, ocorridos em 1922 no Rio de Janeiro; e os eventos das comemorações do IV centenário de Bogotá, capital da Colômbia, em 1938.

A análise se materializou, notadamente, em entender como tais festejos foram pensados, tendo como foco o parâmetro conceitual da modernidade que marcava presença nas narrativas dos dois países. Os eventos principais nas comemorações do centenário da independência do Brasil, ocorridos no Rio de Janeiro, são as Exposições Internacionais do Centenário. Em outras oportunidades, analisei também os Jogos do Centenário e suas relações com tais comemorações.¹ Já na Colômbia, o esporte foi o principal ponto norteador das festividades dos quatrocentos anos de Bogotá, sendo os Jogos Bolivarianos a atração principal nesse cenário.

Utilizando-se de uma metodologia adequada, relacionada à História Comparada,² e tendo como principais fontes alguns documentos e periódicos das duas cidades que nos possibilitaram analisar tais objetos,³ busca-se assim estabelecer como tais eventos estiveram inseridos em um discurso mais amplo de modernidade, que tinha como parâmetro gerador o cenário europeu das exposições internacionais do século XIX. Como demonstra Marly Motta, a concepção de modernidade, tal como qualquer conceito construído historicamente, se modifica e se adapta em cada contexto sociocultural. Nas palavras da autora, ao analisar o Brasil depois da década de 1920, o conceito de modernidade é cíclico e, com isso, é sempre referenciado no sentido de negar aquilo que se busca afastar do passado:

[...] virão 1930, 1937, 1945, 1964, 1989... Em suma, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço incansável para compreender e impulsionar as condições de implantação da modernidade no Brasil, quer esta responda pelo nome mágico de Civilização, de Desenvolvimento ou de Primeiro Mundo.⁴

Na sequência do artigo, serão problematizados os bastidores e interesses que levaram à organização dos eventos festivos do centenário no Rio de Janeiro em 1922, assim como dos Jogos Bolivarianos de 1938 em Bogotá, estabelecendo uma perspectiva comparativa a partir das influências que cada um desses momentos possuiu no cenário nacional e diplomático.

II. As exposições internacionais e suas influências no Brasil e na Colômbia

No século XIX, os parâmetros da modernidade se espalharam mundo a fora, notadamente a partir da expansão cultural, econômica e política oriunda da Inglaterra e demais nações europeias, que então eram entendidas como “modelos” globais. Uma das formas de explicitar tal parâmetro, por parte das potências da Europa, foram as realizações de Exposições Internacionais, que visavam consolidar perante o mundo um modelo a ser seguido enquanto padrão de civilidade. Destaca Nobert Elias, acerca da noção socialmente construída enquanto “civilidade, que:

Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivil” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases em um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua. É bem possível que nosso estágio de civilização, nosso comportamento, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais. O comportamento social e a expressão de emoções passaram de uma forma e padrão que não eram um começo, que não podiam em sentido absoluto e indiferenciado ser designados de “incivil”, para o nosso, que denotamos para a palavra “civilizado”. [...] A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos — a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja — atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento.⁵

Com base nas referências acima, é possível ressaltar que aquilo que buscava-se impor ou se colocar como civilizado, está normalmente relacionado a um conjunto de valores ou culturas que passam a ser entendidos como padrões a serem seguidos, dentro de um recorte espacial e temporal específico da história e das relações humanas. O processo do século XIX exacerba tais relações, pois nos faz pensar a partir de uma perspectiva de civilização em proporções globais, exposta pelas classes então dominantes:

Cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social. Indicam qual sociedade fala e é interpelada. Não obstante, a mudança concreta no comportamento das classes altas, a expansão de modelos de comportamento que, daí em diante, serão chamados de “civilizados” ocorrem — pelo menos na medida em que são visíveis nas áreas aqui discutidas — na fase intermediária. O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o processo de civilização — ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo — fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. Para as classes alta e média da sociedade, civilização parece firmemente enraizada. Querem, acima de tudo, difundi-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido.⁶

Essa tentativa de difusão de um ideário universal de civilidade, pôde ser identificada nas exposições internacionais do século XIX, já que as tinham como parâmetro e princípio norteador. Trata-se da expansão de uma “cultura universal”, ligada aos modelos da modernidade oriunda da industrialização. Cultura essa que, obviamente, não pertencia a todos os povos, mas que moldados pelos parâmetros civilizatórios expostos acima, se incluíam dentro de um conjunto de parâmetros que determinadas nações buscavam tornar homogêneos globalmente. Era a tentativa de povos entendidos como “civilizados” definirem, também, a cultura a ser seguida pelos povos “não-civilizados”.⁷

Na realidade europeia do século XIX, Inglaterra e França se destacavam como modelos a serem seguidos. O primeiro país, especialmente, como exemplo econômico e industrial, enquanto o segundo exponenciou questões culturais que se expandiram pelo mundo (não que ambos, de certa maneira, não influenciassem em todos esses campos). A primeira exposição inter-

nacional inglesa (e de todo o mundo no cenário da modernidade) ocorreu em 1851, tendo sido um ponto de partida para esse e outros países buscarem explicitar seus avanços econômicos e culturais no cenário mundial, tal como o poder que exerciam, evidenciando novas formas de se consolidar espaços de dominação.

Em um segundo momento, os Estados Unidos, que se tornariam a nação que mais difundiria seus ideais pelo mundo a partir das exposições ocorridas no século XX, entraram nesse processo a partir de 1876. Também chamadas no país de *World Fairs*, tais eventos consolidaram a posição estadunidense no cenário de disputas geopolíticas que já se desenhavam no contexto imperialista em fins do século XIX, demonstrando algumas das características que se transpareceriam no país, notadamente após a Primeira Grande Guerra Mundial. A busca por difundir interesses mercadológicos, ligada à cultura de massas (como criação de parques de diversões e entretenimentos diversos), se colocava no centro das atenções estadunidenses e de seu projeto de indústria cultural.⁸

Em 1876, o país deu o pontapé inicial nesse cenário com exposições que faziam referência à comemoração de seu centenário de independência. Em 1893, com a exposição de Chicago, em comemoração aos quatrocentos anos da chegada de Cristóvão Colombo na América, os Estados Unidos não só se consolidavam perante as nações europeias como difusores de padrões na modernidade, como se aproximavam dos países latino-americanos, na lógica da política de boa vizinhança já desenhada no decorrer do século XIX, tendo tido o governo de James Monroe como ponto de partida.

Exponenciar tais olhares a partir das referidas exposições, se tornou um referencial interessante para destacar o que era pensado e desenvolvido naquele contexto. Mas o que foram, de fato, essas exposições? Podemos entender que:

As exposições internacionais condensaram o que o século XIX entendeu como modernidade: o progresso construído sobre a ciência e a indústria; a liberdade entendida como livre mercado; o cosmopolitismo baseado na ideia de que o conhecimento humano e a produção seriam transnacionais, objetivos e sem limites. [...] As exposições universais queriam ser um retrato em miniatura desse mundo moderno avançado, composto de espetáculos nos campos da ciência, das artes, da arquitetura, dos costumes e da tecnologia. A ideia era mostrar e ensinar as virtudes do tempo presente e confirmar a previsão de um futuro excepcional. A

torre Eiffel, o palácio de cristal e a roda gigante eram os símbolos visíveis do avanço tecnológico exibido nas feiras mundiais.⁹

A nomenclatura das exposições variava, de acordo com o ano, local e forma de divulgação. “Exposição Universal”, “Feira Mundial” e “Exposição Internacional”, foram alguns dos nomes mais utilizados. Debater qual seria a forma correta de se referir aos eventos, não é o objetivo deste trabalho, por considerar que mais importante que a nomenclatura em si, é saber o que esses momentos representavam no cenário social de então.¹⁰ Destaca Nelson Sanjad, como os estudiosos do campo não devem perder de vista:

(a) o termo “exposição”, a partir do século XIX, sofreu um alargamento semântico à medida que novos museus foram surgindo e os megaeventos foram sendo organizados, sob diversos pretextos e roupagens; (b) é importante atentar para a maneira como cada evento é apresentado pelos seus próprios organizadores, sobretudo em estudos comparativos que buscam semelhanças e diferenças entre as mostras; (c) somente em 1928 foi assinada a primeira convenção internacional destinada a normatizar e definir regras, prazos e a periodicidade de exposições internacionais, pois se tornou inviável a participação dos países em todos os eventos.¹¹

A primeira exposição, ocorrida em 1851 em Londres, reuniu 25 nações e mais 15 países que ainda eram colônias naquele contexto, dando a conotação mundial ao evento. Na França, a primeira exposição ocorrida nessas características se deu em 1855. Em alguns anos, como em 1888, chegou-se a ocorrer cinco mostras simultâneas: Barcelona, Espanha (Exposição Universal); Bruxelas, Bélgica (Exposição Universal e Internacional e Grande Concurso Internacional de Ciência e Indústria); Copenhague, Dinamarca (Exposição Nórdica da Indústria, Agricultura e Arte); Glasgow, Escócia (Exposição Internacional de Ciência, Arte e Indústria); e Melbourne, Suécia (Exposição do Centenário).¹²

Nesse contexto, alguns eventos nacionais ou regionais já ocorriam nos moldes das exposições. Mas como saber diferenciar uma “Exposição Internacional” de um evento de menor proporções? Feiras, mercados, concursos e outros eventos similares são exemplos de distintos eventos que ocorriam nacionalmente com certa frequência em vários países. Como evidencia Sanjad

Em primeiro lugar, a tutela do Estado é fundamental, mesmo que a mostra seja organizada por grupos privados e municipalidades. O Estado anfitrião atua, sobretudo, no convite a ser feito a outros Estados, na indução e no convencimento da comunidade internacional. As efemérides atuam nesse processo, criando o ambiente e a justificativa para que outras nações se façam representar em determinado certame. Ao mesmo tempo em que a efeméride é pensada para a autoglorificação do país anfitrião, estimula a rivalidade e desafia outros países a fazer publicidade de sua grandeza e conquistas. Até a Primeira Guerra Mundial, o processo se retroalimenta, baseado na expansão da indústria e do comércio internacional e em uma ideologia que valorizava o “progresso” e a “instrução”.¹³

Diversas são as variantes que nos permite, de forma interdisciplinar, lançar olhares para as exposições internacionais no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. As questões relacionadas ao avanço dos discursos da modernidade estão presentes nas pesquisas até aqui realizadas, tendo a historiografia definido as exposições como “fenômenos geopolíticos da modernidade, nos quais estariam associados a ordem burguesa que se expandia pelo mundo, os movimentos nacionalistas e colonialistas que moldaram as relações internacionais da época e a emergência de uma ‘rede expositiva’ ou de uma ‘cultura de exposições’”,¹⁴ conectando assim diferentes espaços e tempos, o que possibilitou o desenvolvimento de um padrão a ser seguido a partir das exposições.

Uma outra perspectiva que pode se relacionar com as exposições internacionais, para além das questões que se relacionam com a industrialização, a *Belle Epoque* e a modernidade, é aquela que se interliga com a mentalidade de que o século XIX estava, também, caracterizado por um estágio de desagregação social:

Tudo o que era familiar e seguro estava desaparecendo, e o efêmero parecia tomar conta da cultura da época. A sensação de decadência moral, de degeneração do espírito, de enfraquecimento intelectual também fazia parte desse universo modernista do final do século XIX. [...] A construção da imagem da superioridade do presente ocidental — através da engenharia, da medicina, da antropologia, da criminologia, da arqueologia, entre outras ciências — permitia uma nova avaliação do passado e dos “outros”. A exibição do exótico, sob a forma de produtos, costumes

e mesmo indivíduos naturais das colônias atestava o poderio e o expansionismo das nações centrais e confirmava sua supremacia racial e cultural.¹⁵

O cenário latino-americano não ficou de fora das relações que ocorriam globalmente na Europa ou nos Estados Unidos. Tais eventos se fizeram importantes para a construção cultural da América Latina na transição do século XIX para o XX. O período da *Belle Époque*, inclusive, estimulou disputas e questões, onde cidades como Rio de Janeiro e Buenos Aires, por exemplo, lançavam discursos como aqueles que as idealizavam como a “Paris dos trópicos”.

O fato é que, similar ou não ao modelo parisiense, britânico ou europeu como um todo, a realidade latino-americana e, mais especificamente, de cada país que compõe a região, fez com que o encontro desses com os modelos culturais oriundos do *Velho Mundo*, promovesse um grande processo de ressignificação híbrida.

É notório que a recepção da cultura europeia que se expandia, fez parte de um processo de consolidação imperialista de tais países, mas também de inserção no sistema-mundo por parte de algumas das nações independentes da América Latina. Nesse espaço, que desde então já rivalizavam com a hegemonia dos Estados Unidos (porém não com tanta força como atualmente), países da Europa viram seus padrões culturais e econômicos se disseminarem. Todavia, tal disseminação se deu, como propõe Canclini,¹⁶ dentro de um processo de ressignificação cultural, marcado por um caminho singular em cada país.

Desde seus primórdios, as exposições já contavam com a participação de nações latino-americanas nos eventos, inseridas de diferentes formas. Era comum países da América Latina, alguns ainda com fortes vínculos coloniais com as antigas metrópoles, participarem como expositores de “hábitos e natureza exóticas”.¹⁷

No século XX, entretanto, em um cenário de redefinição das ideias de nação latino-americanas, os países da região passavam a não só participar dos eventos europeus, como, também, a organizar suas próprias exposições internacionais, como foi o caso do Brasil em seu centenário no ano de 1922, tendo o evento ocorrido na capital Rio de Janeiro. Em um cenário inicial, buscaram copiar o que era produzido na Europa para, em um segundo momento, estabelecerem eventos com uma caracterização mais autoral e nacionalista. Sanjad destaca que

Apesar de situadas em contexto periférico, no qual os efeitos da industrialização e massificação só começaram a ser sentidos em prática no século XX, as elites das sociedades latino-americanas portaram-se como eco das discussões e debates teóricos desenvolvidos nesses principais centros culturais em torno do tema da representação. Sua “tarefa principal” era aprender, imitar e divulgar as concepções “civilizadas” do progresso, artes, ciências e indústria apreendidas através das Exposições. [...] Cosmopolitismo e nacionalismo eram conceitos tanto desejosos como conflitivos pelas representações latino-americanas. [...] As nações latino-americanas, desejosas por valorizar seus países através de reações nacionalistas, desejavam também fazer parte do cosmopolitismo, isto é, serem parte do grande grupo civilizado, enquanto tinham necessidade de gerar, para esta afirmação, uma cultura e ciência de caráter único.¹⁸

Recentes estudos¹⁹ apontam para a percepção de governantes, artistas e intelectuais sobre seus próprios países, paisagens, cidades, indústrias, recursos naturais, manifestações culturais e povos indígenas, no cenário latino-americano.²⁰ Tais perspectivas ampliaram as possibilidades de análise e construção/reconstrução das nações latino-americanas, a partir de uma lógica da cultura visual explicitada em exposições, museus, monumentos, eventos de celebração, entre outros. Como bem define Bennett,²¹ essa perspectiva segue um caminho de “adestrar” os olhares acerca daquilo que é atribuído às nações.

No cenário latino-americano, o campo de investigação que se dedica a essas questões²² e, por que não, tensões, é bem vasto. Analisam, assim, as relações entre o nacional e o regional, tal como “a forma como as elites locais ou regionais representavam seus estados/províncias, muitas vezes em oposição ao poder central ou em competição com outros estados/províncias.”²³

Mesmo nesse caminho, não se deve desprezar as variações locais que cada processo gera nesse cenário híbrido que se colocava. A construção nacionalista dos países latino-americanos, em contato ou não com seus vizinhos da região, passa necessariamente por um cenário histórico das relações internacionais em que a influência (tal como as tensões) dos países europeus se faz presente.

Ainda com uma ideia de nação bem incipiente e com particularidades bem peculiares em cada caso, foi entre as décadas de 1910 e 1950 que boa

parte dos países da região passaram por uma reconfiguração de seus padrões identitários e nacionalistas. Inclui-se entre esses, tanto o Brasil quanto a Colômbia, notadamente e respectivamente nas décadas de 1920 e 1930, períodos aqui investigados neste trabalho. E o foco desses discursos, nos dois países, acabaram saindo de suas respectivas capitais: Rio de Janeiro e Bogotá.

No caso brasileiro, em 1922, essa relação com as exposições ficou ainda mais transparente. O evento central de comemoração do centenário da independência do país, organizado em terras cariocas com participação tanto do poder público quanto de iniciativas privadas, foi marcado por exposições internacionais aos moldes daquelas ocorridas na Europa desde o século anterior. Destaca-se que

A Exposição era enorme para os padrões brasileiros. O visitante percorria 2. 500 metros entre pavilhões descritos pela imprensa como “deslumbrantes monumentos arquitetônicos”. A entrada principal ficava na avenida Rio Branco. Foi construída uma “porta monumental” de 33 metros de altura. Na avenida das Nações se alinhavam os palácios e representações estrangeiras. Mais adiante, avistava-se a praça na qual se erigiam os palácios brasileiros, considerados “monumentos majestosos de nossa riqueza e de nossa capacidade de trabalho”. [...] Foram erigidos 15 pavilhões estrangeiros. Na área nacional havia os palácios de festas, dos estados, da música, das diversões, da caça e pesca e muitos outros. Alguns desses prédios ainda podem ser vistos nos dias de hoje. [...] A Exposição Universal durou até abril de 1923, e o número de expositores chegou a dez mil. Em setembro, o presidente Artur Bernardes fechou as comemorações do Centenário da Independência com uma nova parada militar na capital federal.²⁴

As exposições internacionais foram as ações mais ambiciosas da agenda do centenário do Brasil. Realizar tal evento na então capital Rio de Janeiro, se explicitou como uma forma de inserir o país no cenário internacional da diplomacia. Tratava-se de uma busca pela afirmação do prestígio nacional, exposto pelos pavilhões de cada nação participante das exposições.

Como já tratado, as exposições internacionais tiveram seu início em 1851, em Londres. O Brasil começou a participar de tais eventos, ainda de forma bem discreta, na Exposição Internacional de 1862, também em Londres.²⁵ “Antes disso, em 1861, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) havia organizado uma Exposição Nacional no prédio da Escola Politécnica,²⁶

no Largo de São Francisco, na capital Rio de Janeiro”.²⁷ Em 1908, foi realizada uma Exposição de nível nacional no país, em comemoração ao centenário da abertura dos portos ocorrida a partir do advento da família real portuguesa em terras brasileiras. Tal evento buscava inserir o Brasil definitivamente no cenário internacional, o preparando para a participação na Exposição Internacional que viria a ocorrer em 1910 na Bélgica, em sua capital Bruxelas. O evento de 1908, assim, “visava igualmente a apresentar a nova capital saneada e urbanizada a partir das grandes reformas realizadas durante a gestão do prefeito Pereira Passos”.²⁸

A ideia de organizar eventos de porte internacional, como as exposições, para se festejar o centenário do Brasil, se iniciou dois anos antes. Já em 1920, alguns representantes ligados ao comércio exterior, trataram de questões relacionadas à organização de feiras internacionais no Brasil. Ralph de Cobham, por exemplo, que era representante de um grupo capitalista no país, sugeriu nesse ano ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a necessidade de realizar eventos como uma “exposição internacional de comércio e indústria”, visando a comemoração do centenário da Independência.²⁹ Destaca Motta, que

Coube ao senador Paulo de Frontin, um mês depois, propor a ao Congresso Nacional a emissão de cem mil contos para financiar o evento, provocando intenso debate sobre a disponibilidade de tão vultosos recursos em conjuntura de grave crise financeira. Pelo Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920, foi enfim determinada a realização da exposição dentro do programa de comemorações do Centenário. A regulamentação oficial das atividades comemorativas só ocorreu quase um ano depois, com o Decreto n. 15.066, de 24 de outubro de 1921, que previa, além da exposição, a realização de numerosas conferências e a publicação de dicionários, mapas e livros comemorativos. Coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então chefiado pelo engenheiro João Pires do Rio, a organização da exposição.³⁰

Na anuência de cumprir o objetivo da culminação das exposições, o evento foi organizado com 25 seções representativas das principais atividades do país, que foram as seguintes: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar;

indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes.³¹

Tendo sido inaugurada em 07 de setembro de 1922, dia exato da comemoração do centenário de independência do país, o evento contou com a participação de treze países, que foram, de três continentes diferentes (América, Europa e Ásia): Estados Unidos, Argentina, México, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão.

Essa magnitude alcançada pelas exposições internacionais no Brasil, deixam transparentes o quanto tal evento propiciou um aguçamento nas relações internacionais do país nesse cenário, demonstrando, assim, que a diplomacia passava diretamente por uma nova definição da imagem da nação brasileira, tal como simbolicamente essa nação era vista pelos países então mais centrais no sistema-mundo.

Já na Colômbia, no IV centenário de sua capital, foram os Jogos Bolivarianos que se concretizaram como evento principal das comemorações pelo país. Mesmo não tendo se materializado nos festejos, os modelos das exposições internacionais serviram como base para o desenvolvimento de um evento esportivo continental, notadamente no que se diz respeito ao cenário diplomático internacional.

Desde o século XIX, indo até os dias atuais, a Colômbia participou de distintas exposições internacionais espalhadas mundo a fora, apesar de não ter tido, em nenhum momento, um evento dessa natureza organizado em seu território, como foi o de 1922 no Brasil. Entretanto, também diferente do Brasil, que iniciou sua participação nessa modalidade de eventos em 1862, os colombianos estão presentes desde os seus primórdios, em 1851, quando o país ainda atendia pela nomenclatura de “República de Nova Granada”. Mesmo tendo tido poucos objetos ou materiais para expor, diplomaticamente o país já marcava sua presença e consolidava um pouco de sua posição na modernidade que se expandia.

No auge das exposições do século XIX, a Colômbia marcou presença nos seguintes anos, além de Londres em 1851: Paris, em 1855, 1867, 1878 e 1889; Madri em 1892; e Chicago em 1893, tendo essa última se relacionado com o cenário latino-americano, pois teve como temática central dos festejos o IV centenário da chegada de Cristóvão Colombo na América.³²

Já no século XX, até a década de 1930, que é o recorte temporal aqui problematizado, o país ficou um longo período, no contexto da “hegemonia conservadora”, sem participar de eventos com natureza global como eram as exposições, tendo retornado a esse circuito apenas em 1929, em Sevilha na Espanha, com a mostra de produtos agrícolas.³³

Nos primórdios de sua participação nas exposições internacionais, no decorrer do século XIX, a Colômbia teve uma área de 500 “pés quadrados” para realizar suas mostras, o que representa pouco mais de 45 metros quadrados, tendo, de acordo com os diários oficiais, sido esse espaço entendido como “justo” para o país na época.³⁴ É destacado que

Sobre los productos presentados, estos fueron principalmente cacao, tapioca, nuez moscada y algunas esmeraldas de Muzo⁸⁰ las cuales estaban en estado en bruto y vienen en diferentes estados de pureza. Las de mayor tamaño tienen un color suave y con pocos defectos. Además de ser clasificadas dentro de la Clase 1 del Reino Unido y al ser comparadas con otros ejemplares, mostraron una gran ventaja y superioridad⁸¹. Este tipo de reconocimiento también lo obtuvo el tabaco, el cacao y los metales⁸². Para la Exposición de 1878 se muestra evidencia del progreso de Colombia en los campos de la botánica y la pedagogía, los cuales se traducen en una premiación en ambas categorías. El área de pedagogía gana una medalla de bronce y en el área de la botánica gana una medalla de oro gracias a los trabajos realizados a partir de la Comisión Corográfica, especialmente por el estudio de la quina⁸⁵, además de un reconocimiento por las autoridades gubernamentales de Colombia⁸⁶. No obstante este reconocimiento, Colombia llegó a último momento, sin mayor presupuesto ni “riquezas” y su comitiva fue alojada en un pequeño espacio dentro del pabellón de Guatemala.³⁵

Mesmo com essa inserção, a participação colombiana na agenda das exposições, continuava a ser secundária. O que não quer dizer que não tenha gerado influências na formação identitária do país. Porém, que ideia de nação seria essa? Como teve participações mais específicas e entendidas como secundárias, se comparadas a de outros países, será que se pode definir que tal cenário influenciou na construção simbólica do nacionalismo colombiano? Destaca-se ser provável que toda essa cena favoreceu para se pensar a Colômbia como um.

País pequeño, sin industria y atrasado más no un país bárbaro; los reconocimientos obtenidos por sus avances en las ciencias, la lingüística y la botánica y zoología, daban cuenta de un país en progreso y relativamente comprometido con ello, pero definitivamente no de uno industrializado y moderno, motivo por el cual Colombia no pudo obtener la tan anelada inmigración que se necesitaba para industrializar el país [...].³⁶

No decorrer do início do século XX, houve a tentativa de se repensar o país. Mesmo com vários incentivadores tratando da importância de se continuar participando dos eventos, como já explicitado, o país só voltou a se inserir em 1929. Nacionalmente teve uma exceção, que foi a organização da exposição do centenário da Colômbia em 1910, organizada apenas em seu âmbito e sem outras nações enquanto participantes.

Quando retornou ao circuito das exposições internacionais em 1929, mesmo com percalços, a Colômbia deixou sua marca com a explicitação de produtos de qualidade, tal como referendou diplomaticamente sua posição política e cultural. Mesmo sem ainda se encontrar em um estado de centralidade, se colocar à mostra, tendo em vista a transição política no país entre conservadores e liberais que já se anunciava, fazia parte dos planos relacionados aqueles que estariam no poder a partir de 1930.

Nesse evento em questão, os responsáveis pela apresentação da Colômbia foram o então cônsul colombiano em Sevilha, Sr. Ernesto Restrepo Tirado, e o comissário geral do país na Exposição, Sr. Roberto Pinto Valderrama.³⁷ A posição colombiana, em um evento organizado no território de seus antigos colonizadores, foi de buscar enfatizar uma identidade para além da Espanha, pois

los delegados de Colombia reconsideraron la evidente hispanidad del edificio y decidieron que lo más conveniente para Colombia, era exaltar nuevamente su pasado milenario, pues a pesar de ser hijos de España, había algo mucho más antiguo y digno de presentar como propio, "constituyéndose como el mejor símbolo de indigenismo en la Iberoamericana y la mejor síntesis de manifestaciones artísticas que reflejan el relato cosmológico y el origen del hombre como expresión de la identidad nacional".³⁸

Na organização arquitetônica para o evento, tendo em vista a citação exposta acima, se buscou em Rómulo Rozo, artista e escultor colombiano,

os referenciais para se fazer uma “arte hispânica mas com referências pré-hispânicas”: “Rozo pronto se apropió del edificio y modificando aspectos de diseño y simbolismo, creó un espacio donde confluía el diseño arquitectónico colonial español con uno de tipo cultural prehispánico; um exterior occidental con un interior aborígen”.³⁹

Essa posição colombiana se enquadra, também, na sua aproximação com o Escritório Internacional das Exposições, criado e desenvolvido entre 1928 e 1931. Tal iniciativa foi desenvolvida em Paris e tinha como objetivo padronizar e dar ordem, sentido e qualidade às exposições realizadas. Desde seus primórdios, a Colômbia não só esteve presente dessa agenda, como assinou a Convenção referente às Exposições Internacionais. Algumas características do país no período ficam evidentes abaixo:

“Convención referente a las Exposiciones Internacionales, su Protocolo y el Protocolo de firma”, y el Protocolo de firma”, el 22 de Noviembre de 1928, no obstante y debido a los protocolos de firma y ratificación por parte de los Estados signatarios, que otorgaba un plazo de firma hasta 1929, no fue ratificado en Colombia sino hasta 1930 bajo la ley 52 del mismo año. A pesar de lo anterior, es necesario aclarar que dicha ley no implica una política pública para las Exposiciones Internacionales en Colombia, solamente perfecciona la anexión a un organismo multilateral, la cual no genera obligaciones de participación.⁴⁰

Na sequência do artigo, serão analisadas não só como essas influências, de um possível discurso da modernidade oriunda das exposições internacionais, chegaram no Brasil e na Colômbia, como também as relações desses processos com a construção dos festejos e comemorações do centenário da independência brasileira e do IV centenário de Bogotá, capital colombiana.

III: A construção dos festejos do centenário da independência do Brasil (Rio de Janeiro, 1922) e do IV centenário de Bogotá (1938)

Pensar o porquê de se realizar determinadas formas de festividades para se comemorar uma data específica, como o centenário de independência do Brasil ou o IV centenário da capital colombiana, são caminhos que nos

permite melhor compreender as realidades e discursos nacionalistas presentes nesses países.

Pretende-se, na sequência do artigo, estabelecer parâmetros que esclareçam os primórdios e antecedentes que fizeram com que esses eventos festivos fossem pensados e consolidados nos dois países. Não será objetivo, neste trabalho especificamente, de adentrar em características mais profundas de cada um dos eventos, mas sim de entender o porquê desses terem sido realizados e quais as motivações de terem escolhido as exposições internacionais, no caso brasileiro, e os Jogos Bolivarianos, no caso colombiano, como “carros chefes” de suas solenidades diplomáticas.

Mesmo sendo esse discurso do conceito de modernidade, em 1922, algo já bastante problematizado no Brasil, já que o modelo outrora defendido nas Reformas Pereira Passos não era mais tão bem visto perante os modernistas da década de 1920, essa modalidade de evento foi escolhida para carimbar os festejos do centenário da independência do país. Tratou-se de um ano em que se concretizou um cenário propício para tais eventos, evidenciado pela presença em solo brasileiro de diplomatas e representantes de diferentes nações.

Os discursos modernistas e as questões relacionadas ao que poderia ser entendido como moderno no Brasil, todavia, tinham fundamentos. No ano em que completava cem anos enquanto uma nação independente, os questionamentos relacionados à identidade nacional eram frequentes em “terras tupiniquins”. O que poderia ser chamado de “brasileiro”, no momento que o país completava cem anos? Seria o Brasil uma nação moderna, tendo como parâmetro os modelos da modernidade europeia? Havia uma identidade nacional propriamente dita brasileira, que poderia se contrastar com a antiga identidade lusitana antes colonizadora? Seria a nação um reflexo da herança colonial portuguesa ou país que buscava desconstruir esse rótulo? Essas e outras questões já eram debatidas no país desde o século XIX, mas no advento do centenário de independência, tomaram uma nova roupagem no que se diz respeito às narrativas, construções e posicionamentos, notadamente por parte das elites que guiavam esses interesses.

Portanto, essa temática permeava o imaginário nacionalista brasileiro no início da década de 1920, notadamente de políticos, intelectuais, jornalistas e classes sociais mais dominantes. Se nos dias atuais, mesmo ainda convivendo com diferentes tensões, uma democracia instável e problemas sociopolíticos diversos, podemos afirmar que há uma solidez muito maior no que se diz respeito à construção de uma identidade e símbolos nacionais (por

mais que ainda existam e sempre irão existir questões acerca das construções e ressignificações dessa temática), na década de 1920 no Brasil não se faz possível afirmar o mesmo.

Próximo de completar o segundo centenário de sua independência, que será celebrado em 2022, o Brasil do século XXI possui uma base mais concreta acerca do que podemos identificar e chamar de “nação brasileira”, por mais que o cenário polarizado da política atual gere tensões acerca dessas identidades. Todavia, na década de 1920 e em períodos anteriores, essa solidez no que se diz respeito aos discursos nacionalistas, simplesmente não existia. Tendo como base símbolos e construções frágeis no imaginário nacionalista, o caminho para se pensar o que seria definido enquanto “projeto de Brasil” estava aberto no contexto do primeiro centenário da independência do país.

Um dos fatores que mais gerava contestações acerca do desenvolvimento de um modelo nacionalista nas primeiras décadas do século XX no Brasil, era a questão política. Como o Brasil poderia ser visto como um país de cultura e símbolos autônomos, se ainda era marcado por processos políticos nada democráticos e um domínio explícito das oligarquias rurais, referendadas pela lógica da Política dos Governadores? Não que, nos períodos posteriores a esses, tenha se encerrado o poder das oligarquias rurais no país. Pelo contrário, é de conhecimento amplo que, até a atualidade, muitos “coronéis” continuam tendo poder amplo em boa parte do território nacional. Todavia, defende-se nesta pesquisa que, até a década de 1920, tal processo se dava de forma muito mais explícita e opressora, gerando um país de ausência de direitos para a maioria e com pouca visibilidade daquilo que de fato poderíamos chamar de “nacional”.

Em 1922, esse poder das oligarquias rurais passou a ser cada vez mais contestado. Muitos desses questionamentos, partiam dos diferentes discursos de nação que eram construídos a partir de então. Assim, diferentes grupos políticos contrários ao que era posto como modelo político nacional, se colocaram em distintas lutas no período. Um exemplo dessa contestação foi a Reação Republicana, movimento de oposição ao governo de Epitácio Pessoa (1919–1922) e que contou com a participação de diversos estados (Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco) que buscavam quebrar a política dos governadores então estabelecida sob o domínio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.⁴¹

O cenário pós-Primeira Guerra Mundial, colocava o Brasil em uma posição de aproximação maior com os Estados Unidos. Obviamente, esse

fator não define um distanciamento das potências europeias. Entretanto, a maior predominância do poder político e econômico estadunidense a partir de 1918, fez com que alguns dos interesses nacionais brasileiros se alinhassem aos dos Estados Unidos. E, com isso, se distanciasse do cenário latino-americano.⁴²

Era comum, principalmente ao analisarmos os discursos na imprensa escritos por políticos ou intelectuais, a tentativa de enquadrar o Brasil dentro do modelo de modernidade oriundo da Europa e dos Estados Unidos, tendo esses discursos explicitado críticas sobre o cenário político brasileiro, justificando ser esse o causador do “atraso” do país. Com isso, construir novas narrativas se tornou um caminho fértil para as elites que disputavam o poder nacional de então.

Pensar a ideia de nação no Brasil, tendo o Rio de Janeiro como espaço central, destaca Marly Motta, foi uma das tarefas mais disputadas entre os intelectuais do início dos anos 1920. Utilizando-se de um arcabouço teórico proposto por Pierre Nora, acerca da questão de “lugar de memória”, entendendo o “7 de setembro” como um marco possível para fixar essa construção, a autora destaca que:

Falar de nação significa mexer com camadas profundas da mentalidade dos povos, que têm nessa criação moderna um símbolo fundamental de identificação coletiva. [...] Privilegiado “lugar de memória” da nação brasileira, depois de um difícil processo de consolidação no início da República, 7 o sete de setembro de 1922 pôde articular presente/passado/futuro ao ensejar o balanço obrigatório dos acontecimentos passados, a avaliação dos feitos presentes e a perspectiva de realizações futuras do país. Abriu-se, assim, a década de 20 com uma intensa mobilização do que Eric Hobsbawm chamou de “*minorité agissante*”⁸. Mario de Andrade, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Tristão de Ataíde, Lima Barreto, dentre outros, estavam comprometidos com a tarefa de “criar a nação”, forjar a identidade nacional e construir um Brasil moderno. Filiada a diversas concepções de modernidade — à do modelo universalista da *Belle Époque* em crise, ou à vanguardista, de adesão aos valores urbano-industriais, ou ainda, à tradicionalista, seguidora dos “sólidos” princípios da natureza e do ruralismo — essa intelectualidade partilhava a crença de que a construção de uma sociedade moderna dependia de um projeto de (re)construção da nação brasileira.⁴³

Estabelecer um lugar de memória no “7 de setembro”, se transformou em uma das diferentes maneiras e tentativas de construção da ideia de nação no Brasil do início da década de 1920. A ideia de inserir o país em um padrão de “modernidade”, como destaca Motta, não deveria ser baseada em um “padrão” específico outrora dominante, mas sim possuir como ponto norteador o projeto de construção de uma “nova nação”, em contraste com o “outro” (que poderia ser o governo, o rival político ou cultural, entre outros).

A autora ainda propõe que, mesmo após 1920, essa busca pela “modernidade” continuará sendo esse um exercício de diferenciação que a cada mudança política, cultural ou social, determinados grupos tentam estabelecer com o período imediatamente anterior. Se constrói uma ideia de negação ao passado, pois, “em suma, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço incansável para compreender e impulsionar as condições de implantação da modernidade no Brasil, quer esta responda pelo nome mágico de Civilização, de Desenvolvimento ou de Primeiro Mundo”.⁴⁴

Seguindo as proposições de Motta, é possível destacar diferentes motivos que fizeram com que se questionasse o modelo de modernidade pensado no Rio de Janeiro. Superando a ideia da *Belle Époque*, outrora dominante, mas agora enfraquecida no pós-Primeira Guerra, o debate acerca da derrubada ou não do Morro do Castelo foi importante para a consolidação identitária da cidade. Enquanto parte dos intelectuais, inclusive com campanhas no *Jornal do Brasil*, defendiam o mantimento do morro como forma de “se pensar um país moderno a partir das suas riquezas naturais”, outra ala entendia o Castelo como uma “mancha colonial” e que deveria ser esquecida para se pensar uma “nova nação”.⁴⁵

O fato é que o Morro do Castelo foi parcialmente derrubado e, em parte do espaço aberto na cidade após esse fato histórico, foram construídos os prédios daquela que seria a maior festividade do centenário da independência do Brasil, no Rio de Janeiro: as Exposições Universais.

Essas exposições, aos moldes das exposições internacionais que já ocorriam na Europa durante o século XIX, foram organizadas na capital Rio de Janeiro a partir de 07 de setembro de 1922 e contaram com a participação de diplomatas e delegações de diferentes nações do mundo.

Tratava-se de uma tentativa de enquadrar o Rio de Janeiro e, de forma mais ampla, a nação brasileira, no cenário de “modernidade universal” que se buscava inserir o Brasil. Pensada inicialmente como uma Exposição Nacional, tal como demonstrado no Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920, as exposições teriam como objetivo demonstrar para as outras nações

presentes o “nosso grau de adiantamento e civilização existente nesses cem anos de vida política autônoma do Brasil”.⁴⁶

Com seções ligadas à literatura, ciência, educação, arte, eletricidade, engenharia civil, transportes, agricultura, esportes, entre outros,⁴⁷ pode-se destacar que a proposta nacionalista da exposição buscou estabelecer uma imagem do Brasil enquanto uma nação moderna perante o cenário internacional do sistema-mundo. Como é explicitado na fonte abaixo, que valoriza a realização das exposições no sentido de se engrandecer o progresso do Brasil,

É impossível negar que a Exposição é a visão maravilhosa da nossa grandeza e dos nossos progressos [...]. Algumas revistas estrangeiras afirmam que a área da exposição é a ante-sala do Paraíso.⁴⁸

Se no Brasil, apesar de uma forte presença do esporte nos festejos do centenário de sua independência, as Exposições Internacionais ficaram marcadas como parte central do evento, na Colômbia as práticas esportivas é que tiveram maior centralidade. E essa ideia se materializou anos antes de 1938, sendo fruto do propício cenário da época.

Ao investigar o cenário de construção dos festejos do IV centenário de Bogotá, se faz possível identificar como foi pensada a ideia de realização dos Jogos Bolivarianos. Para se ter um olhar amplo sobre o tema, deve-se iniciar pelo ano de 1934, por se tratar do momento em que se deu início ao governo do então presidente colombiano Alfonso López Pumarejo, que ficou marcado por uma incansável busca pela chamada “modernidade colombiana”, apontada por pesquisadores da história do país como uma “modernidade tardia”.

Nesse cenário, a experiência política dos anos 1930 na Colômbia gerou diferentes efeitos e mudanças no país. Após um período de domínio do Partido Conservador no poder, indo de 1886 até 1930 (difundido, pela historiografia colombiana, como “Hegemonia Conservadora”), se iniciou nesse mesmo ano o período conhecido como “República Liberal”, onde até 1946 apenas presidentes do Partido Liberal se mantiveram no poder. Entre esses, reforça-se a importância de López Pumarejo, que governou o país durante dois mandatos nesse período (1934-1938 e 1942-1945), na construção de símbolos e padrões identitários para se pensar a nação colombiana.

Com sua chegada ao executivo nacional a partir de eleições vencidas em 1934, foram consolidadas diferentes formas de se idealizar símbolos nacionais no país, sendo os primeiros Jogos Bolivarianos uma dessas iniciati-

vas. Apesar do evento em si ter ocorrido, em grande parte, nos primórdios do mandato de seu sucessor na presidência, o também liberal Eduardo Santos (Pumarejo deixou a presidência em 07 de agosto de 1938, enquanto os Jogos ocorreram entre 06 e 22 de agosto desse mesmo ano), esse e outros feitos do governo Pumarejo ficaram conhecidos no país como *la Revolución en Marcha*, ou seja, a necessidade de construir uma “nova nação colombiana”, que se diferenciassse daquela deixada pelos conservadores antes dos anos 1930.

Outra perspectiva importante para se analisar os discursos nacionalistas na Colômbia desse período, é o de compreender as possíveis influências de narrativas externas. Mais que o discurso da modernidade já aqui assinalado, em um cenário político global conturbado nos anos 1930, marcado pelo avanço nazifascista no mundo, pensar como tais ideais repercutiram por outros espaços do sistema-mundo, também se faz necessário.

Considerando a força moral e social da política implementada na Europa durante esse período, se torna um exercício importante pensar como que determinados padrões alcançaram espaços diversos, como o latino-americano. A expansão fascista se fazia presente e, como sintetiza Francisco Carlos Teixeira da Silva, pode-se entender tal conceito (que também pode ser compreendido pelo plural “fascismos”) como sendo

[...] o conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos 20 até 1945. Assim, as expressões nazismo, nacional-socialismo, hitlerismo etc. recobririam uma só realidade política, os regimes de extrema direita que dominaram vários países no período em questão. A denominação genérica *fascismo* decorre da primazia cronológica do regime italiano, estabelecido no poder em 1922, constituído em movimento político de identidade própria pouco antes, e do fato de ter servido de modelo [...] à maioria dos demais regimes.⁴⁹

Tendo como base o referencial conceitual proposto por Silva, salienta-se que aquilo que se chama de *fascismos* faz referência ao movimento político e ideológico que embarca não só o fascismo italiano, liderado por Mussolini, como também o nazismo alemão, que teve como referência a figura de Adolf Hitler. Busca-se entender, de forma introdutória, como as ideologias propostas por ambos os regimes refletiram na Colômbia dos anos 1930 a partir do esporte. Tais pensamentos, se incluem no espectro político entendido como “totalitarismos de direita”. Elcio Cornelsen sugere que

No início dos anos 20, o conceito de “totalitário”, em sua forma adjetiva, foi empregado pela primeira vez na Itália por Giovanni Amendola (1882-1926), jornalista e político liberal, no intuito de denunciar o fascismo italiano enquanto movimento político antidemocrático. No sentido original, “totalitários” seriam aqueles sistemas de governo que tentariam conformar os cidadãos dentro de uma ideologia, para isso fazendo uso de mecanismos de controle e coação, e, ao mesmo tempo, buscariam mobilizá-los. Todavia, em 12 de maio de 1923, Benito Mussolini utilizou pela primeira vez a expressão “sistema totalitário” aplicado ao Estado fascista, usurpando o conceito e tornando-o de pejorativo, no sentido empregado por Amendola, em positivo. Cabe lembrar que foi justamente na Itália, durante os anos 20, que se iniciou o debate em torno do conceito de totalitarismo.⁵⁰

A diferença central do totalitarismo hitlerista para o fascismo italiano, se encontra na questão racial, tendo a ideologia construída da *raça ariana* se consolidado como uma particularidade do nazismo alemão. Todavia, mesmo sendo o totalitarismo de direita dos fascismos uma modalidade específica de se fazer e pensar a política, tal fenômeno não impede que outros, de natureza autoritária, mas não totalitária, pudessem absorver alguns de seus valores. Francisco Carlos Teixeira da Silva destaca que

[...] os fascismos, enquanto *regimes autoritários antiliberais, antidemocráticos e anti-socialistas* possuiriam suas próprias especificidades nacionais, suas histórias específicas, que, por sua vez não descaracterizariam a universalidade e autonomia do fenômeno ante outras formas de autoritarismo (ditadura, bonapartismo e ditaduras militares) (SILVA, 2000, p. 118).

Tais ideais, seja como política oficial ou simplesmente como difusão de um olhar cultural que fosse inerente a esse modelo totalitário, não deixaram de refletir na Colômbia da década de 1930. A lógica de “modernização” proposta no país, assim como no Brasil da década anterior, fazia maior menção a uma noção de mudança ao passado do que em relação a um enquadramento a um único padrão do que era ou não tido como moderno.

O uso político do esporte por regimes fascistas pôde ser percebido, entre outros, em eventos globais como a Copa do Mundo de futebol de 1934 (na Itália) e a Olimpíada de verão de 1936 em Berlim (Alemanha). A concep-

ção moral e eugênica do esporte enquanto mobilizador das massas, tal como estavam propondo esses regimes, se difundia na Alemanha e na Itália dos anos 1930. Maurício Drumond destaca que

Um dos principais objetivos de Hitler e Mussolini perante as massas era o de “mobilizar e unificar as energias nacionais para o renascimento e o engrandecimento do país”. Um dos meios utilizados para tal foi o encampamento do esporte e das atividades físicas em geral pelo Estado. Para tanto, foram criadas diversas instituições de modo a gerir e mobilizar esses fatores junto a diferentes extratos da sociedade.⁵¹

Drumond ainda destaca a criação de associações, tanto na Itália de Mussolini quanto na Alemanha de Hitler, que caracterizavam a importância do esporte. Se trata da Opera Nazionale Balilla, na Itália, e a Juventude Hitlerista, na Alemanha. Ambas foram associações ligadas à juventude nos dois países nazifascistas, que buscavam desenvolver práticas corporais, esportivas e de educação física.⁵² Essa concepção moral da importância do esporte, difundida nos regimes de origem fascista como um fator mobilizador das juventudes e formador da nação, se fez presente na Colômbia dos anos 1930. Mesmo não tendo os governos colombianos do período se assumido enquanto mandatos fascistas (pois, de fato, não eram), se fez possível perceber como o esporte foi adotado a partir de características eugênicas que se desenvolviam também na Alemanha e na Itália desse mesmo cenário.

Essa ambiguidade, muito presente em outros governos duradouros da América Latina entre as décadas de 1930 e 1950 (como Vargas no Brasil e Perón na Argentina), fez com que os parâmetros seguidos na Colômbia se distanciassem dos caminhos governamentais em expansão de Hitler e Mussolini, por mais que existisse uma política moral que, em certos pontos, se chocava com o totalitarismo fascista no geral. Todavia, um presidente conservador de direita, mais próximo desses parâmetros totalitários de forma assumida, só seria eleito em terras colombianas após a Segunda Grande Guerra Mundial, quando Laureano Gómez chegou ao poder em 1950 eleito pelo Partido Conservador.⁵³

Um exemplo do repúdio ao fascismo por parte dos políticos e da diplomacia colombiana liberal, se pôde perceber na Olimpíada de Berlim, em 1936. Quando o Peru, país que havia passado por uma guerra territorial com os colombianos entre 1932-1933, saiu da Olimpíada por não aceitar o cancelamento do jogo contra a Áustria no futebol (ao qual haviam vencido por 4x2,

mas que foi cancelado devido uma invasão de campo por parte de jogadores peruanos que, supostamente, teriam agredido ou tentado agredir atletas austríacos), a delegação colombiana também abandonou o evento.

O ato de saída da Olimpíada foi, de fato, uma ação mais diplomática do que efetiva, tendo em vista que os atletas colombianos já tinham todos realizado suas respectivas participações nos jogos. Assim, a Colômbia pôde não só participar de sua segunda Olimpíada de verão (mesmo com uma modesta delegação de 6 atletas), como também reverter alguns dos problemas diplomáticos gerados pelos conflitos de outrora com os peruanos.⁵⁴

A guerra contra o Peru, com quem a Colômbia já acumulava problemas desde a perda do território do Panamá em 1903, após a Guerra dos Mil Dias,⁵⁵ aflorou as relações do país na região.⁵⁶ Com isso, ao se retirar dos jogos olímpicos de 1936 em solidariedade à delegação peruana, além de uma ação diplomática, o governo de López Pumarejo também estabeleceu, durante o certame olímpico desse mesmo ano, um Acordo de Paz com o governo peruano, de forma que pudessem encerrar os problemas da guerra territorial ocorrida três anos antes. Essa foi uma caracterização transparente dos novos interesses do país nas relações internacionais:

Como síntesis del seguimiento noticioso que veníamos relatando, podemos imaginar al público lector de la prensa colombiana primero atento a los discretos resultados de nuestros deportistas y luego sorprendiéndose de que Colombia se convertía en protagonista de las justas no por razones deportivas sino diplomáticas. La conclusión se resume en que López, más allá de su amistad con el presidente Benavides, descubrió una posibilidad de uso político del deporte para las relaciones internacionales y no vacilo en aprovecharla. Relaciones internacionales, que por primera vez desde el *Respice Polum* de Marco Fidel Suárez, no sólo buscaban entablar una buena relación con los Estados Unidos, sino que luchaban “” contra el complejo de inferioridad ‘en materia internacional’ (Pardo y Tokatlián, 2010, p. 221) y se planteaba la posibilidad de establecer relaciones mucho más cordiales con sus vecinos, como lo ilustran claramente los hechos de la Olimpiada de Berlín.⁵⁷

Assim, pode-se perceber o quanto a idealização dos Jogos Bolivarianos fez também parte de um projeto político de internacionalização da nova ideia de nação pensada na Colômbia de López Pumarejo. Se aproximar do Peru e buscar idealizar, via esporte, o projeto de nação que buscava-se

explicitar no período, se tornou chave para a consolidação dos parâmetros bolivarianos defendidos nos jogos.

IV. Conclusão

Este trabalho está relacionado a um projeto maior, que é a tese de doutorado intitulada *Esporte, Nação e Relações Internacionais*: uma análise comparada dos Jogos do Centenário de 1922 (Rio de Janeiro) e dos Jogos Bolivarianos de 1938 (Bogotá), a ser defendida no primeiro semestre de 2020 no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Nota-se que, apesar do tema central da tese ter sido a comparação de dois eventos esportivos (Jogos do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro e Jogos Bolivarianos de 1938 em Bogotá), apenas no caso colombiano o esporte se deu como evento mais central na agenda de festejos analisados. Isso porque os Jogos Bolivarianos se concretizaram enquanto a maior atração das comemorações do IV centenário de Bogotá. Já os Jogos do Centenário, mesmo com toda sua importância, fizeram parte dos eventos que complementaram a agenda do centenário da independência do Brasil, onde as Exposições Internacionais no Rio de Janeiro se materializaram com maior centralidade.

Neste artigo, o objetivo central foi entender como determinados discursos de modernidade, presentes nas exposições internacionais europeias do século XIX, chegaram na América Latina na transição para o século XX, influenciando assim na construção identitária e nacionalista de muitos países da região. De forma mais específica, buscou-se aqui analisar como tais eventos europeus exerceram influências nos discursos nacionalistas pensados em Brasil e Colômbia, em momentos de solenidade cívica e nacionalista específicos.

Tanto no centenário da independência do Brasil, quanto no IV centenário de Bogotá, o esporte se fez presente. Mas por que o mesmo foi mais central no evento da Colômbia? E por que, no caso brasileiro, o foco foram as Exposições Internacionais?

Primeiro é válido destacar que, em 1922, realizar um evento diplomático onde buscava-se estabelecer parâmetros de modernidade perante as nações europeias e aos Estados Unidos, significava demonstrar o quanto o país organizador se aproximava dessas nações. E nada mais apropriado que uma festividade marcada por exposições, aos moldes internacionalistas, para explicitar tal posicionamento.

Segundo que, em 1938, o posicionamento colombiano ao realizar uma festividade que comemorasse o IV centenário de Bogotá, ficou marcado muito mais no sentido de reafirmar seu nacionalismo e de construir uma identidade local dentro da América Latina, que é a identidade bolivariana, do que se aproximar de uma possível relação com as nações europeias ou os Estados Unidos, que foi o caminho seguido no Brasil em 1922. Por mais que essas nações tenham exercido influências nesse processo na Colômbia, como demonstrado no artigo, os objetivos em cada festejo se materializaram de formas distintas.

Terceiro, e também muito importante, é o fato de que, mesmo os Jogos Bolivarianos tendo sido mais centrais na Colômbia em 1938 do que foram os Jogos do Centenário em 1922 no Brasil, isso não significa que também se deva criar uma hierarquia entre esses eventos esportivos, no sentido de definição de importância. Pelo contrário, o evento esportivo de 1922, apesar de “secundário” na agenda geral dos festejos do centenário, teve maior repercussão a nível continental do que o evento de 1938 em Bogotá, que foi a maior festividade colombiana naquela ocasião. Isso também explicita a maior magnitude do evento de 1922 como um todo, se comparado ao de 1938 em Bogotá, o que, repito, não significa que se deva estabelecer hierarquias entre ambos, já que iríamos cair no erro do anacronismo, por estabelecer parâmetros em tempos e espaços distintos.

Por fim, é válido destacar a principal distinção acerca da pesquisa comparativa dos dois objetos, reafirmando aquilo que foi exposto no segundo ponto desta conclusão: enquanto no Brasil foi consolidada uma imagem de nação pelo evento que, nesse contexto, mais se aproximou da ideia de uma modernidade europeia e estadunidense, se afastando da noção identitária e cultural latino-americana, na Colômbia foi promovido um evento que dialogou com a ideia de uma nação colombiana que se colocava em diálogo com as propostas de modernidade europeia, mas fazendo valer sua identidade local dentro do cenário latino-americano, que é o sentimento ligado ao bolivarianismo.

Notas

- 1 Ver GOMES, 2017.
- 2 Sobre os preceitos metodológicos da História Comparada, ver BARROS, 2014.
- 3 Além da análise de diferentes jornais das cidades do Rio de Janeiro e Bogotá, se utiliza nesse trabalho os aportes metodológicos proposto por Tânia de Luca (2008) acerca da análise de periódicos.
- 4 MOTTA, 1992, p. 8.
- 5 ELIAS, 1994, p. 73.
- 6 ELIAS, 1994, pp. 112-113.
- 7 GÁLVEZ, 2012, capítulo 2.
- 8 GÁLVEZ, 2012, capítulo 2.
- 9 “Exposições Internacionais” – Verbete, CPDOC/FGV. Ver em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/ExposicoesUniversais>. Acesso em 20/10/2019.
- 10 SANJAD, 2017.
- 11 SANJAD, 2017, p. 788.
- 12 SANJAD, 2017.
- 13 SANJAD, 2017, p. 789.
- 14 SANJAD, 2017, p. 791.
- 15 “Exposições Internacionais” – Verbete, CPDOC/FGV. Ver em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/ExposicoesUniversais>. Acesso em 20/10/2019.
- 16 CITAR CANCLINI.
- 17 GÁLVEZ, 2012.
- 18 GÁLVEZ, 2012, p. 34.
- 19 GONZÁLEZ; STEPHAN; ANDERMANN (2006); SCHUSTER (2014).
- 20 SANJAD, 2017.
- 21 BENNETT (1995).
- 22 GONZÁLEZ; STEPHAN; ANDERMANN (2006); SCHUSTER (2014).
- 23 SANJAD, 2017, p. 809.
- 24 “Exposições Internacionais” – Verbete, CPDOC/FGV. Ver em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/ExposicoesUniversais>. Acesso em 20/10/2019.
- 25 MOTTA, Marly. “Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil”. Verbete CPDOC/FGV. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/EXPOSIÇÃO%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTENÁRIO%20DA%20INDEPENDÊNCIA.pdf>. Acesso em 24/10/2019.
- 26 Tal prédio sedia atualmente o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e o Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- 27 MOTTA, Marly. “Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil”. Verbete CPDOC/FGV. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/EXPOSIÇÃO%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTENÁRIO%20DA%20INDEPENDÊNCIA.pdf>. Acesso em 24/10/2019.
- 28 MOTTA, Marly. “Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil”. Verbete CPDOC/FGV. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/EXPOSIÇÃO%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTENÁRIO%20DA%20INDEPENDÊNCIA.pdf>. Acesso em 24/10/2019.
- 29 MOTTA, Marly. “Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil”. Verbete CPDOC/FGV. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/EXPOSIÇÃO%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTENÁRIO%20DA%20INDEPENDÊNCIA.pdf>. Acesso em 24/10/2019.
- 30 MOTTA, Marly. “Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil”. Verbete CPDOC/FGV, p. 2. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/EXPOSIC3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTEN%C3%81RIO%20DA%20INDEPEND%C3%8ANCIA.pdf>. Acesso em 24/10/2019.
- 31 MOTTA, Marly. “Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil”. Verbete <https://cpdoc.fgv.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/EXPOSIC3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTEN%C3%81RIO%20DA%20INDEPEND%C3%8ANCIA.pdf>. Acesso em 24/10/2019.
- 32 BONILLA PARDO, 2016.
- 33 BONILLA PARDO, 2016.
- 34 BONILLA PARDO, 2016.

- 35 BONILLA PARDO, 2016, p. 29.
- 36 BONILLA PARDO, 2016, p. 32.
- 37 BONILLA PARDO, 2016.
- 38 BONILLA PARDO, 2016, p. 34.
- 39 BONILLA PARDO, 2016, p. 34.
- 40 BONILLA PARDO, 2016, p. 36.
- 41 Sobre o tema da Reação Republicana e os eventos de 1922, ver GOMES, 2017 e FERREIRA, 1993.
- 42 Sobre a ideia de pertencimento do Brasil ao cenário latino-americano, ver Bethell, 2009.
- 43 MOTTA, 1992b, pp. 2-4.
- 44 MOTTA, 1992b, p. 8.
- 45 MOTTA, 1992b, p. 8.
- 46 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1920.
- 47 Ver Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil. *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (1), jul. 1922.
- 48 Civitas luminis. *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (16), 1923.
- 49 SILVA, 2000, p. 112.
- 50 CORNELSEN, 2009, p. 2.
- 51 DRUMOND, 2011, p. 4.
- 52 DRUMOND, 2011, pp. 4-5.
- 53 Maiores informações sobre o governo de Laureano Gómez, ver Bushnell (2012).
- 54 Maiores informações sobre a Guerra Colombo-peruana, ver Bushnell (2012). Sobre as relações entre a participação colombiana na Olimpíada de 1936 e o conflito com o Peru, ver Acosta (2015).
- 55 A Guerra dos Mil Dias foi um conflito civil entre liberais e conservadores ocorrido na Colômbia entre 1899 e 1902, que marcou a vitória do lado conservador e teve como consequências, entre outras, a separação do Panamá do território colombiano e o afastamento de aproximadamente 30 anos dos liberais do poder executivo nacional. Maiores informações sobre o referido período, ver BUSHNELL (2012, pp. 287-315).
- 56 GONZÁLEZ PEÑA; SAMACÁ ALONSO, 2012, p. 378.
- 57 ACOSTA, 2015, p. 105.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Andrés. "Los primeros Juegos Deportivos Bolivarianos de Bogotá en 1938 y la Integración regional por medio del deporte". In: **Revista de Investigación: Cuerpo, Cultura y Movimiento**. Bogotá. vol. 5, n. 1, enero-junio de 2015, pp. 99-113.
- BARROS, José D' Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BENNETT, Tony. **The birth of the museum: history, theory, politics**. London: Routledge, 1995.
- BETHELL, Leslie. "O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica". In: **Estudos Históricos**, v. 22, n. 44, pp. 289-321, jul.-dez. 2009.
- BONILLA PARDO, David. **Espectáculo de Identidades Nacionales: presentación de/Colombia em las Exposiciones Internacionales de 1992, 1998, 2010**. Monografía (Graduação em História) – Escola de Ciencias Humanas, Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, 2016.
- BUSHNELL, David. **Colombia: una nación a pesar de si misma — nuestra historia desde los tiempos pré-colombianos hasta hoy**. Bogotá: Planeta, 2012.
- CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2015.
- CORNELSEN, Elcio. "Totalitarismo". In: **Literatura e Autoritarismo**. n. 14, pp. 1-9, jul.-dez. 2009.
- DRUMOND, Maurício. "O esporte nos Estados Novos de Salazar e Vargas (1933-1945): um estudo comparado". In: XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh, 2011, São Paulo, **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh**, São Paulo: Anpuh, 2011, pp. 1-15.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador — Volume 1: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- Exposições Internacionais** – Verbete, CPDOC/FGV. Ver em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/CentenariIndependencia/ExposicoesUniversais>>. Acesso em 20/10/2019.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "A Reação Republicana e a crise dos anos 20". In:

Estudos Históricos, v. 6, n. 11, 1993, pp. 9-23.

GÁLVEZ, Marcia Furriel Ramos. **Dois pavilhões em Exposições Internacionais do século XX** — ideias de uma arquitetura brasileira. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2012. 164 f.

GOMES, Eduardo de Souza. "A Reação Republicana e a imprensa carioca no VI Sul-Americano de futebol em 1922: uma análise nas páginas de *O Imparcial* e *Correio da Manhã*". In: **Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, Ano 4, vol. 4, n. 1, jan.-jun. 2017, pp. 147-171.

GONZÁLEZ PEÑA, Mónica; SAMACÁ ALONSO, Gabriel. "El conflicto colombo-peruano y las reacciones del Centro de Historia de Santander (CSH)". In: **Historelo**, 2012, v. 4, n. 8, pp. 367-400. GONZÁLEZ; STEPHAN; ANDERMANN (2006); SCHUSTER (2014).

LUCA, Tânia Regina de. "Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-154.

MOTTA, Marly. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992a.

_____. **A nação faz cem anos**: o centenário

da independência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992b.

_____. **Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil**.

In: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/EXPOSIÇÃO%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTENÁRIO%20DA%20INDEPENDÊNCIA.pdf>>. Acesso em 05/11/2019.

SANJAD, Nelson. "Exposições Internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina". In: **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, jul.-set. 2017, pp. 785-826.

SCHUSTER, Sven. (Ed.). **La nación expuesta**: cultura visual y procesos de formación de la nación en América Latina. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2014.

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariolIndependencia/ExposicoesUniversais>>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Os fascismos". In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Orgs.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 109-164.

Recebido em: 09/05/2020

Aprovado em: 14/07/2020